



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 14 | Nº. 26 | Jan./Jun. de 2022

Antônia Marciana Silva Holanda

*Universidade Regional do Cariri / URCA.
marcianaholanda@gmail.com*

HISTÓRIA SOCIAL DA POBREZA NO CARIRI NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX.

RESUMO

Na segunda metade do século XIX a região do Cariri, localizada no interior cearense, foi sendo representada como um “Oásis” no meio do sertão, lugar de prosperidade, terras férteis e de riqueza, uma espécie de salvação para as pessoas que viviam nas regiões circunvizinhas assoladas pelas secas, é assim que se dá a representação do Cariri no periódico o Araripe. Entretanto, vale ressaltar que essas terras eram controladas por uma minoria, a classe senhorial, que detinham tanto o monopólio das terras como também o controle sobre a população pobre livre/escravos que ali viviam e eram sujeitas a diversas formas de trabalho. Desta forma, vamos analisar como o cariri vai sendo retratado como o “oásis” do sertão e o “império” da produção nesses discursos, diante disso importa explicar a desigualdade social que ali existiu, saindo da versão tradicional proposta pela classe senhorial, - de que a pobreza seria gerada pela propensão à vadiagem e à ociosidade por parte dos trabalhadores. A desigualdade foi gerada no decorrer do processo de ocupação, consolidação do modelo colonizador e posteriormente, com o desenvolvimento da economia caririense.

Palavras-chave: Cariri Cearense. Riqueza. Pobreza.

SOCIAL HISTORY OF POVERTY IN CARIRI IN THE SECOND HALF OF THE 19TH CENTURY.

ABSTRACT

O En la segunda mitad del siglo XIX, la región de Cariri, ubicada en el interior de Ceará, fue representada como un "Oasis" en medio del sertão, un lugar de prosperidad, tierra fértil y riqueza, una especie de salvación para las personas que vivían en las regiones circundantes afectadas por las sequías, así es como se lleva a cabo la representación de

Cariri en el periódico Araripe. Sin embargo, es digno de mención que estas tierras estaban controladas por una minoría, la clase terrateniente, que poseía tanto el monopolio de la tierra como el control sobre la población pobre libre / esclavos que vivían allí y estaban sujetos a diversas formas de trabajo. De esta forma, analizaremos cómo se representa al cariri como el "oasis" del sertão y el "imperio" de la producción en estos discursos. En vista de esto, es importante explicar la desigualdad social que existía allí, dejando la versión tradicional propuesta por la clase señorial: esa pobreza se generaría por la propensión al merodeo y la ociosidad por parte de los trabajadores. La desigualdad se generó en el curso del proceso de ocupación, la consolidación del modelo de colonización y más tarde, con el desarrollo de la economía caririense.

Palabrasllave: Cariri Cearense. Riqueza. Pobreza.

Introdução

A região do Cariri, localizada no interior cearense, ficou conhecida desde o seu processo de colonização por fatores que a diferenciava das demais regiões vizinhas. O “oásis” do sertão, como assim ficou conhecido, ganhou destaque e várias representações ao longo do tempo. Seja através de escritos e relatos de viajantes que por ali passavam, ou pelos periódicos locais, nos quais sempre pregavam uma ideia de que o Cariri era recoberto com inúmeras fontes d'água que detinha seu solo fértil, um clima ameno e agradável, suas plantações sempre verdejantes durante todo o ano, formavam-se fatores que tornavam essa região privilegiada, atrativa, um verdadeiro local de salvação e refúgio para as pessoas que viviam nas regiões circunvizinhas que eram assoladas pelas secas. No entanto, cabe ressaltar que essas terras eram controladas por uma classe senhorial, que detinham tanto o monopólio sobre as terras como também buscavam ter o controle sobre a população que viviam na condição de pobreza.

Segundo José Heder Benatti (2009) para se apossar dos recursos naturais renováveis, no espaço agrário brasileiro, foram criadas estratégias distintas em cada região. Diante disso, ocorreu a formação de diferentes propriedades: a propriedade sesmarial, a propriedade senhorial e a propriedade moderna brasileira.

Diante disso, é necessário refletir sobre algumas questões relacionadas ao “complexo econômico, como a relação entre a riqueza e a pobreza no Cariri; as formas de apropriação dos recursos naturais; a relação entre o trabalho e a injustiça social” assim, é indispensável refletir sobre a condição de ser pobre, a qual não deve ser entendida “como uma fatalidade, um destino ou causada pelas chamadas ‘calamidades naturais’” (REIS JUNIOR, 2014, p. 111), no entanto, existe a pobreza do cotidiano, que predomina mesmo nos momentos aos quais as crises estão ausentes, ou seja, nos tempos considerados de fartura e abundância.

O “oásis do sertão” e o “império da produção”

Na segunda metade do século XIX, predominava nos discursos, uma ideia de que o cariri cearense era reconhecido como sendo um Oásis em meio ao sertão, por conta da fertilidade de suas terras, proveniente da água que se encontrava em seu solo durante todo o ano. Vale ressaltar, que esse fenômeno só era possível devido à Chapada do Araripe, localizada ao Sul do Estado do Ceará, que consistia em:

Um espaço com um bioma de características geológicas, geomorfológicas, pedológicas, climáticas, hidrográficas/ hidrológicas e de vegetação bem

diversificado. Faz parte dos condicionantes ecológicos de uma área com importância fundamental, tanto para a identificação dos processos evolutivos da Terra, por seus sítios paleontológicos, como para a sobrevivência das populações que dela tiram seu sustento e dos que vivem em seu entorno. Existe uma relação entre a Chapada do Araripe e outros ecossistemas brasileiros que repercute nas modificações climáticas, nas expansões e contrações de formações florestais, nas modificações da composição da fauna e flora (AUGUSTO E GÓES, 2007, p. 2).

Devido a sua capacidade de retenção da água durante os períodos chuvosos e posteriormente a redistribuição desta, fazia com que no Cariri se pudesse obter água em todas as estações do ano. No entanto, é importante enfatizar que a criação deste estereótipo, “Oásis do sertão”, foi mais um estratagema de controle social usado pela classe senhorial da época, com o intuito de exercer sua dominação sobre os trabalhadores e imigrantes da região que viviam na condição de pobreza.

Desta forma, a utilização de ferramentas de comunicação para legitimar essas ideias e fazer com que elas fossem difundidas pela sociedade se fazia essencial, por exemplo, a utilização de periódicos locais como o jornal O Araripe que circulou na região do Cariri entre 1855-1864 e servia “como porta voz das ideologias liberais do Cariri” (DANTAS, 2017, p. 4). Este periódico era controlado por uma elite local, formada pelo Partido Liberal, e era utilizado para propagar os ideais desta classe dominante da época.

Através da análise em torno dos discursos do jornal O Araripe, podemos compreender como a representação do Cariri vai sendo construída “como lugar de refrigério, da fertilidade do solo, da presença das águas de suas fontes, oriundas da chapada do Araripe” (REIS JUNIOR, 2014, p. 76). A necessidade de criar essa representação para o Cariri pode ser compreendida através de diversos fatores, dentre eles podemos destacar a emergência da distinção da região em relação às regiões circunvizinhas, ou seja, como não pertencente ao sertão por conta da presença d’água em seu solo, desta forma a região era apresentada como o oásis e o progresso e segundo Figueiredo Filho (2010, p. 21):

Não fica satisfeito o caririense quando alguém o chama de sertanejo, o seu Cariri de sertão. Não toma a palavra sertão em seu sentido mais amplo, na acepção da zona do interior, afastada da faixa litorânea. O Cariri, do Ceará, é uma espécie de zona da mata pernambucana, ou dos brejos na Paraíba. É o verdadeiro oásis cearense como muitos o denominam. É uma ilha verdejante cercada da zona sertaneja criadora.

O discurso girava em torno de que sua plantação sempre verde, tornava-o um lugar privilegiado de terras férteis e propensas à agricultura, diferentemente do restante do sertão na qual predominava o fenômeno da caatinga, ou seja, clima quente com

chuvas escassas e terras consideradas impróprias para o plantio. Sendo assim, o Cariri era considerado “o celeiro de seus vizinhos; a única salvação dos sertões, cuja numerosa população conta com suas substâncias alimentícias nas ocasiões mais desesperadas.” (O Araripe, sábado 14 de julho de 1855, p. 2, Coleção digital, CEDOCC.). Esse conjunto de fatores resultou na construção de uma identidade regional para o Cariri, voltada para uma vocação agrícola proveniente de seus recursos naturais.

No entanto, apesar dos esforços da classe dominante em querer forjar uma identidade regional para o Cariri, voltada para uma vocação agrícola natural, devido aos recursos naturais da terra propícios para agricultura, essa não era a única atividade que existia nessa região, através de pesquisas realizadas no Araripe podemos perceber que na segunda metade do século XIX, houve um complemento no seu complexo econômico, com o advento de atividades voltadas para o comércio, como mostrado a seguir:

Antonio Jose de Carvalho tem mudado seu estabelecimento comercial para a longe de duas portas contigua à casa onde morava na mesma Rua, e frente para o Commercio, onde continua a vender nos dias uteis fazendas de toda a qualidade, assim como molhados, miúdesas, ferragem, velas de cêra branca e de carnaubá, tudo por preços commodos; e nos dias santos de guarda, e Domingos também vende até o meio dia no Armazem debaixo do Sobrado, onde mora, molhados e generos do paiz. (O Araripe, sábado 4 de agosto de 1855, p. 4, Coleção digital, CEDOCC.)

São constantes nas edições do jornal encontrar anúncios desse tipo, vendas e comércios de molhados, gêneros e miudezas acompanhadas do comércio de terras e fazendas, tendo em vista que a cidade do Crato se destacava na região por sua importância do ponto de vista econômico, podemos perceber que apesar de existir um pequeno comércio, a principal atividade que predominava ainda continuava sendo a agricultura nas zonas rurais. Contudo, o que devemos compreender é que ambas as atividades se completavam e se faziam de grande importância para o sistema econômico da região naquela época, não havendo a existência ou vocação para apenas uma atividade econômica.

A leitura do jornal também nos possibilitou perceber a relevância que é atribuída ao cariri em relação às demais regiões circunvizinhas, prevalecendo sempre o discurso da fertilidade de suas terras e atribuindo-lhe grande importância e influência sobre as províncias de seu entorno:

Sua topographicaposição, sua espantosa fertilidade, e mais que tudo essas agoas nativas e perennes que a providencia creou para abrigo dos sertões por ocasião das seccas, dão-lhe uma emportancia e influencia sempre crescente sobre os districtos cearenses das provincias confinantes com esta parte do

Ceara e sobre os da Bahia á margem do S. Francisco. De fato é um Oásis no meio do grande deserto, quando o sol tem redusido a pó as aprasíveis campinas do certão. Aqui uma constante verdura, uma perpetua primavera faz rir ao coração ao emigrante, que foge aos abrasados lares (O ARARIPE, 14 de julho de 1855, p. 2, Coleção Digital, CEDOCC).

No entanto, Darlan de Oliveira Reis Junior (2014, p. 33.) aponta que “a região não é toda banhada pelas águas, sendo que a maior parte de seu território é composta das chamadas “terras secas”, de maneira que nem todos os solos eram propícios para a agricultura de gêneros alimentícios”. Desta forma, importa explicar que:

A área com essa configuração é a da Chapada do Araripe, na parte das encostas e margens dos rios, principalmente na área pertencente ao Crato. A chapada proporcionava terra e um manancial de águas que, se não ficavam totalmente imunes ao problema da seca, constituíram-se em reserva importante do *continuum agrário* cearense (REIS JUNIOR, 2012, p, 70).

Todavia, ao apresentar o Cariri como um Oásis, isso “contribuía para a atração de contingentes populacionais de outras partes do sertão, em busca de melhores condições de vida, principalmente em épocas de secas mais fortes.” (REIS JUNIOR, 2014, p. 33) O que acabava resultando no aumento do número de mão de obra para a classe senhorial, pois os longos períodos de secas nas regiões vizinhas faziam com que grande contingente de pessoas migrasse para o Cariri com a esperança de conseguirem sobreviver e garantir sua subsistência através do trabalho em fazendas ou outras propriedades dos “senhores da terra”.

Devido às diversas formas de trabalho forçado ao qual eram condicionados a realizar muitos trabalhadores, livres ou escravos, não aceitaram pacificamente a subordinação imposta pela classe senhorial e criaram estratégias de resistência, seja através de fugas, sabotagem nas plantações e instrumentos de trabalho, ou até mesmo, no caso dos trabalhadores livres, a recusa a certas condições de trabalho que eram subordinados a fazerem.

Em algumas edições do jornal foram encontradas reclamações por conta da falta de trabalhadores: “as dificuldades com que tulaõ nossos agricultores pela falta de braços que é bastante sensível entre nós” devido a “recusa da populaçõ a certos trabalhos agriculas” (O Araripe, 1 de março de 1856, p. 1, coleção digital, CEDOCC.) Entretanto, esses trabalhadores que resistiam ao sistema imposto pela classe dominante, eram constantemente estereotipados como vadios, preguiçosos, propensos à vadiagem e a ociosidade.

A pobreza no Cariri oitocentista

A pobreza deve ser entendida como uma condição social, considerada um fator histórico, na qual foi gerada a partir do processo de formação e consolidação do território. No caso do Brasil, a pobreza foi gerada no processo de ocupação, consolidação e formação do território brasileiro que consistiu em dividir as terras da nova colônia de acordo com o sistema de sesmarias, sendo assim:

Durante o período colonial (1500-1822), a posse e o uso da terra eram definidos pela lei de sesmarias (Lei de D. Fernando, de 26.5.1375, transplantada de Portugal para o Brasil), segundo a qual as terras eram doadas pela coroa a certas famílias consideradas “merecedoras” (NEVES; SILVA, 2008, p.183).

Como visto o sistema de sesmarias não foi uma criação exclusiva para a ocupação da nova colônia, este sistema já existia e era implantado em Portugal, entretanto, a experiência aqui se deu de maneira bem diferente “na prática, os três séculos de experiência sesmarial no Brasil resultaram na consagração das extensões latifundiárias” (NEVES; SILVA, 2008, p.184) que conseqüentemente fez surgir grandes latifundiários que passaram a ter o monopólio sobre as terras isso fica nítido com “a existência e a prática do arrendamento, assim como o “viver a favor” de outras pessoas” isso são “situações que indicam a monopolização das terras” (MOTTA, 2008, p. 44) bem como o controle sobre famílias pobres que vivem nessas propriedades por não possuírem terras.

Segundo José Roberto do Amaral Lapa (1996, p. 30) pobre no século XIX era aquela pessoa que apesar de trabalhar muito só conseguia assegurar sua subsistência, ou seja, não conseguia prosperar. No entanto, através dos discursos publicados pelo jornal O Araripe, nós podemos perceber que a causa da pobreza na região do Cariri, naquela época, era sempre associada pela classe dominante, à preguiça e a ociosidade por parte da população pobre. Era isso que a elite local propagava, como visto nesse trecho retirado do Araripe:

Attesto-lhe que em todo o Brasil não há um torraõ de gente mais pobre do que este do município desta cidade: attesto-lhe também, que o torraõ não é a causa de tanta pobreza; por que todos sabem, o quanto é ele fértil; e o quanto ajuda ao homem laborioso, que se aplica com deligencia ao trabalho. E qual será a causa principal de tanta pobreza? Quanto a mim é unicamente a viciosa preguica; e nisto V.mha de concordar comigo em gênero, numero e caso (O ARARIPE, 2 de fevereiro de 1856, p.3, Coleção Digital, CEDOCC).

Como podemos perceber, mais uma vez o Cariri é colocado como um lugar de riquezas com suas terras férteis e propensas para o trabalho, no entanto, a preguiça que

assolava o trabalhador fazia com que o mesmo se tornasse pobre. Porém, devemos enfatizar que essas terras eram de domínio de uma elite local, que fazia uso de discursos como este para exercer seu controle sobre a população que vivia na condição de pobreza, por não possuir este tipo de bem. Assim, a pobreza era colocada como uma doença que precisava ser combatida, desta forma eles apresentavam o remédio e a cura:

[...] Qual o médico que será capaz de curar tamanha doença, e com que remédio? Eu respondo já: este médico heum governo forte no Cariry; e o remédio he uma policia activa, que fazendo destruir o mal, apparecerá o bem: o mal he a suma pobreza, em que esta afogado o Cariry, gerada de preguiça, e o bem he a riqueza, que proverá com a destruição d'aquella (O ARARIPE, 26 de julho de 1856).

Também é encontrado o uso de discursos religiosos para legitimar a pobreza “a expressão maior é o Evangelho, e o elogio à pobreza enraíza-se nos programas ideológicos que tomam a Sagrada Escritura como referência” (SIQUEIRA, 2009, p. 4). A sagrada escritura é usada como ferramenta para validar um discurso que perdura até os dias atuais, o da pobreza tida como algo permitido por Deus, na qual as pessoas tinham que aceitar e ao mesmo tempo agradecer. A pobreza é posta como uma das cruzes que Deus colocou na vida de cada pessoa, e cada um tem que aprender a carregar e a viver com ela:

[.] Devemos tambem respeitar as cruzes que Deos permite que pesem sobre nos; os despresos, as perdas, as aflições, a pobreza, a tanto, em vez de nos queixarmos, bem digamos a Deos, que nos proporciona meios para satisfazermos á sua justiça pelos nossos pecados. Confessando que por eles foi o salvador pregado na cruz, certos de que, para sermos seus discipulos, he indispensavel que suportemos a cruz que nos toca, tratemos de a levar à imitações do Divino Mestre, isto he, nas suas mesmas desposições com humildade, com paciencia, com doçura, com resignação. Vos da religião (O ARARIPE, 3 de maio de 1856, p. 3, Coleção Digital, CEDOCC).

No entanto, o uso desses discursos religiosos era mais um dos instrumentos ideológicos que a elite usava para fazer com que as pessoas aceitassem sua condição de pobreza e desta forma não se rebelasse contra a classe senhorial. Nas páginas do jornal O Araripe, também foram publicadas matérias que “referenciavam o trabalho como uma ação de honra dos homens e, em consequência, condenavam os que se opunham a esse ato” (IRFFI, 2015, p. 242). Os discursos religiosos são usados para enaltecer o trabalho e ao homem laborioso:

Deos disse: - trabalha operário, eu te ajudarei! Operários somos todos nós!
Trabalhemos!
O trabalho é providencial; o trabalho purifica a consciência, dá virtude, dá prosperidade que conduz ao progresso; o trabalho é obra de Deos, e o que é de

Deos é bello! – Amemos pois o trabalho! (O Araripe, sabado 25 de Agosto de 1855, p. 1, Coleção digital, CEDOCC).

Entretanto, esses discursos não se aplicavam a classe dominante, uma vez que as atividades relacionadas ao trabalho tendiam a ser realizados por trabalhadores pobres livres ou escravizados, sendo considerada vergonhosa e não condizente com o status de um homem pertencente à classe dominante.

A pobreza envergonhada

É possível perceber diante desse processo a construção da imagem das pessoas que viviam a condição de pobreza, na qual eram percebidas como um atraso para o desenvolvimento da região, principalmente aqueles que praticavam atos de mendicância em praças públicas por estarem incapacitadas para o trabalho. O mendigo no século XIX se constituía “uma categoria à parte. A literatura mostra os estigmas e preconceitos com que se apresenta na sociedade e como por ela é tratado. Da apatia à ociosidade, da loucura à periculosidade, da aparência ao cheiro, da doença a vergonha”. Entretanto, ao mendigo era permitido servir-se da caridade pública para poder sobreviver, uma vez que “a sociedade hesita em assumir em ser a causa da existência da mendicidade”, (LAPA, 1996, p. 25), no entanto, o ato de mendigar era tolerado e controlado, não sendo permitida a falsa mendicância, ou seja, pessoas capacitadas para o trabalho, mas que esmolavam pelas ruas.

Diante disso, nos discursos da classe dominante oitocentista a região do Cariri era considerada o lugar do progresso e da modernidade, diferenciando-se do sertão por conta da fertilidade de suas terras, e da presença d'água em seu solo. No entanto, o sertão não era apenas relacionado às questões das secas, visto que “no imaginário e nas preocupações políticas de alguns setores também era entendido como o espaço da não civilização, onde imperariam hábitos bárbaros” (REIS JUNIOR, 2014, p. 44), tal como o costume de esmolar que corrompia a “nação” caririense:

Há me nessa terra costume por tal modo abominaveis, que podem comprometer nossa honra de nação ante os povos cultos, e que por tanto urgem ser extirpado. Tal é o costume vulgar de apupar na praca pública os velhos miseraveis, que tema infelicidade de apparecer em reuniões de povo. [...] que não mereceraõ por outro algum titulo, que não o de estarem velhos, infermos, ou condenados pela miseria a esmolar a caridade de seos costume barbaro e supinamente vergonhoso para uma nação moderna. [...] (O ARARIPE, 19 de julho de 1856, p. 1, Coleção digital, CEDOCC.)

Isso é perceptível também nos documentos de arrematações¹ encontrados no Centro de Documentação do Cariri- CEDOCC. Que em seu conteúdo mostram crianças órfãs, filhos de pobres, levadas a hasta pública para que seus serviços fossem arrematados, cabe ressaltar que nessa época eram consideradas órfãs as crianças que não possuíam a figura paterna, mesmo que a criança tivesse mãe, pois esta era considerada incapaz, juridicamente, sobre a responsabilidade de cuidar do menor.

Entretanto, dentre os processos de arrematações identificamos um em que Maria Francisca Lusía conseguiu arrematar os serviços do órfão Leonel, seu filho, pelo tempo de três anos e desta forma obteve a tutela do menor. Importa explicar que isso só era possível se fosse feito através de um contrato de soldada como mostrado a seguir:

Anno do nascimento de nosso senhor jesus chisto de mil oito centos cincoentatres aos vinte, digo, aos trinta dias do mes de julho do dito anno nesta villa do Crato da província do ceará em audiencia publica que fasia o Doutor juis d'orffão José Fernandes Vieira onde eu escrivão assim a hi sendo posto em arrematação a soldada do orffão Leonel dentro da slla das audiencias arrematou sua mai Maria Francisca Luisa pelo tempo de três annos a rasão de vinte e dois mil reis annoalmente, sendo a arrematante a dar ao orffão a vestuário de que precisão o dito orffão e mais uma rede e hum lençol durante o tempo da arrematação(..)" (Arrematação, Caixa I, Pasta XIII, 1853. CEDOCC).

Através da pesquisa realizada nos processos, nós também podemos perceber como esses órfãos de famílias pobres eram inseridos na dinâmica do trabalho naquela época. Os órfãos eram tidos como "seres desamparados, desprotegidos e miseráveis que necessitam, portanto, da piedade e caridade pública" (SOUZA, 1999. p. 43). Sendo assim seus serviços eram levados a leilão para que assim fossem tutelados por outrem, o trabalho era tido como um ofício, para fins de que o mesmo pudesse, posteriormente, assegurar seu sustento. Isso era feito através dos contratos de soldada que consistia em uma relação de trabalho envolvendo crianças pobres e órfãs, sendo utilizado como forma de "assistencialismo" criada para lidar com o problema dos menores:

Anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e cinquenta e hum nesta villa do Crato cabeça da Comarca Provincia do Ceará em caza de morada do Juis de Órffãos Doutor Manuel Francisco Ramos Junuioir onde eu escrivão do seu cargo ao diante e nomeado sendo ali presente Manoel Correia e por ele foi arrematado os serviços mençais dos órfãos Joaquim por oitocentos reis, e Francisco por cetecentos digo por cetecentos reis obrigando de alimentalos cura los e vistilos(...)" (Arrematação, Caixa I, Pasta I, 1851, f. 10. CEDOCC).

¹ O documento pertence ao fórum Hermes Parahyba e encontra-se no Centro de Documentação do Cariri (CEDOCC) na cidade do Crato.

Diante da leitura dos processos nos podemos perceber que os juízes de órfãos exigiam “o comparecimento de quem estivesse se utilizando dos serviços das crianças sem ter algum contrato firmado a fim de regularizar a situação delas através da soldada” (AZEVEDO, 1995, p. 25.) essas denúncias eram feitas aos curadores que repassava o caso ao juiz de órfãos que exigia, por meio de uma notificação enviada por um oficial de justiça, a presença do órfão para que seus serviços fossem avaliados e postos para arrematação.

O tutor que passasse a ser responsável pelo órfão tinha por “obrigação” educá-los, ensinar um ofício e dá-lhes vestimentas e alimentação. O intuito disso, segundo os discursos da época, era prevenir que aquelas crianças caíssem na vadiagem e na ociosidade, tendo em vista que “recolher um órfão desamparado, educar-lhe o espírito e coração, dar-lhe uma profissão honesta e útil, são ao mesmo tempo atos de beneficência, dignos de um país civilizado” (SOUZA, 1999, p. 26), sendo assim eram considerados atos de caridade e bondade.

Considerações finais

Podemos identificar os usos dos discursos sempre enaltecendo a Região do Cariri, dando-lhe maior importância e influência sobre as demais regiões circunvizinhas, desta forma, a criação de um estereótipo para o Cariri, por parte da classe dominante, teve como intuito criar uma imagem para a região, apresentando-a como lugar de terras férteis, propensas para a cultura agrícola, lugar da prosperidade e do progresso, tais adjetivos foram usados com o objetivo de atrair as populações que viviam nas regiões circunvizinhas, assoladas por longos períodos de secas. Sendo assim, a região se apresentava como o lugar da salvação, esperança de sobrevivência e de melhores condições de vida, porém, ao chegarem ao Cariri esses migrantes passavam a viver sob o controle da classe senhorial, sem possuir terras, eram sujeitadas a trocar sua força de trabalho por proteção e condições mínimas de sobrevivência. Portanto, através do uso desses discursos, a classe senhorial conseguia assegurar uma relação de exploração e dominação, tanto sobre as terras como também sobre a população que vivia na condição de pobreza.

Embora a elite caririense difundisse, através de periódicos locais, os discursos de que a pobreza no Cariri era causada pela propensão à preguiça e a vadiagem por parte da população, que se negava ao trabalho forçado, não obstante, compreendemos que a pobreza foi gerada a partir do processo de ocupação do território, na qual as terras passaram a ser controladas por grandes latifundiários que buscavam manter relações de

exploração para com os trabalhadores locais. No entanto, havia por parte desses trabalhadores resistência às condições de trabalho que eram submetidos, se negavam a subordinação da classe senhorial, em contraposição, os senhores buscavam legitimar seus discursos e desta forma, apresentar o pobre como sendo o culpado de seu estado de pobreza, já que a região é posta como lugar de terras férteis e ricas.

Todavia, esses discursos faziam parte das formas de controle social que a classe dominante exercia sobre a população que vivia na condição de pobreza, consideradas como causadoras do atraso da região, deveriam ser controladas e seus atos ilícitos deveriam ser combatidos. Desta forma, desenvolveram-se, tanto através da religião como também através do Estado, formas de controle social. O Estado era convocado por meio das forças policiais para combater e reprimir com violência qualquer tipo de vadiagem e preguiça, e os discursos religiosos eram usados para valorizar o trabalho e ao homem laborioso, desta forma, o ato de esmolar, por exemplo, deveria ser combatido, assim como os órfãos, filhos de pobres, deveriam ser levados a leilões para serem submetidos ao trabalho forçado para que, posteriormente, não viessem a cair na ociosidade.

Referências

AZEVEDO, Gislane Campos. *A tutela e o contrato de soldada: a reinvenção do trabalho compulsório infantil*. **História Social, Revista da pós-graduação em história**, n. 3, p.11-36, 1996.

_____. **De Sebastianas e Geovannis**: o universo do menor nos processos dos juízes de órfãos da cidade de São Paulo (1871-1917). São Paulo: Dissertação de mestrado, PUC-SP, 1995.

AUGUSTO E GÓES. *Compreensões integradas para a vigilância da saúde em ambiente de floresta: o caso da Chapada do Araripe, Ceará, Brasil*. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 23 Sup., v. 4, p. 2-3, 2007.

BENATTI, José Heder. *Apropriação privada dos recursos naturais no Brasil: séculos XVII ao XIX (estudo da formação da propriedade privada)*. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). **Processos de constituição e reprodução do Campesinato no Brasil, v.2: formas dirigidas de constituição do campesinato**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 15.

DANTAS, Denise de Menezes. *Natureza e progresso: o projeto de criação da Província do Cariri no Jornal o Araripe (1855-1864)*. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia**, p. 4, 2017.

FIGUEIREDO FILHO, José de. **Engenhos de rapadura do Cariri**: Documentário da Vida Rural. Fortaleza: Edições UFC, 2010f, p. 21.

IRFFI, Ana Sara Ribeiro Parente Cortez. **O cabra do cariri cearense**: A invenção de um conceito oitocentista. Fortaleza: UFC, 2015.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos**: contribuição à história da pobreza no Brasil. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

MOTTA, Márcia. **Formas de resistência camponesa**: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história; ZARTH, Paulo (Orgs.) Vol. II, São Paulo: Editora UNESP, 2008.

NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. (Orgs.). **Processos de constituição e reprodução do camponato no Brasil**: Formas tuteladas de condição camponesa, Vol. I, São Paulo: Editora UNESP, 2008.

REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. **Senhores e trabalhadores no Cariri cearense**: terra, trabalho e conflitos nasegunda metade do século XIX. Fortaleza: UFC, 2014.

SOUZA, Josinete Lopes de. **Da infância “desvalida” à infância “delinquente”**: Fortaleza (1865-1928). Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: PUC, 1999.

REIS JR. Darlan de O. *Terra e trabalho*: as disputas judiciais na comarca do Crato, na segunda metade do século XIX. **Revista Latino-Americana de História**, v. 1, n. 4, p.111 2012.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. *Pobreza no Brasil colonial*: representação social e expressões da desigualdade na sociedade brasileira. **Histórica- Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, v. 4, n. 34, p. 4, 2009.

Antônia Marciana Silva Holanda

Graduada em licenciatura em história pela Universidade Regional do Cariri.

Currículo Lattes:

<https://www.cnpq.br/1071046147350597>

Artigo recebido em: 06 de fevereiro de 2022.

Artigo aprovado em: 24 de abril de 2022.